

Desafios para a Construção da Autonomia Econômica para as Mulheres

Nalu Faria (coordenadora da SOF – Sempreviva Organização Feminista)

Introdução

Debater sobre o trabalho das mulheres, a questão da pobreza e as políticas sociais, nos coloca a necessidade de retomar a contribuição do movimento feminista para a emergência de uma agenda política específica e de recuperar a contribuição para a introdução desse temas nos estudos acadêmicos e em processos de formulação política. O outro aspecto que é imprescindível para essa questão é considerar o que foi o processo econômico no mundo e na América Latina, a partir da globalização e das políticas neoliberais. Esses dois elementos são imprescindíveis para a reflexão atual no Brasil e em vários países da região a partir de uma nova conjuntura na América Latina. Essa nova conjuntura tem como marco a rejeição do projeto da ALCA (Área de Livre Comércio para as Américas) e a eleição de governos que reorientaram as políticas de seus países buscando alternativas às políticas hegemônicas adotadas nos anos 80 e 90.

O conceito de Divisão Sexual do Trabalho

Um ponto de partida imprescindível é recuperar, a partir da trajetória do movimento feminista, o debate sobre a autonomia econômica para as mulheres, que traz como elementos recorrentes a desigualdade de acesso à renda, a invisibilidade do trabalho de mulheres e o fato de que são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados com crianças, doentes, idosos (as).

Essa realidade, apresentada como fruto da natureza, é historicamente construída. Segundo Daniele Kergoat, é decorrente da divisão sexual do trabalho que está organizada a partir de dois princípios, o da separação entre trabalho de homem e trabalho de mulher, e o da hierarquização, em que o trabalho dos homens é mais valorizado.

Dessa forma, o conceito de divisão sexual do trabalho parte da compreensão que há uma modalidade específica da divisão do trabalho entre os sexos. Tem como base o reconhecimento de que há uma enorme quantidade de trabalho realizado pelas mulheres e que não é considerado.

A naturalização desse fenômeno coloca como parte do destino biológico das mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidados, considerados vinculados à

maternidade. Ainda segundo Kergoat, os homens são designados prioritariamente à esfera produtiva, enquanto as mulheres à esfera reprodutiva. E, ao mesmo tempo, há a apreensão pelos homens das atividades de maior valor agregado. Essa abordagem se insere em uma visão de que homens e mulheres estão engajados em uma relação social específica, que tem uma base material que se expressa em uma forma de divisão social do trabalho, que nada mais é que a divisão sexual do trabalho. Ou seja, uma sociedade sexuada, estruturada transversalmente pelas relações de gênero. Disso decorrem práticas sociais distintas e também uma relação desigual e hierárquica entre homens e mulheres. Essa formulação, que permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nos trabalhos produtivo e reprodutivo e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado. Teve o mérito de visibilizar a enorme quantidade de trabalho que não é reconhecida como tal e é sempre invisível. Como decorrência, essa abordagem ampliou o conceito de trabalho estabelecido na sociedade capitalista para além da análise apenas do trabalho considerado produtivo e que pode ser vendido no mercado.

A divisão sexual do trabalho estrutura a presença das mulheres no trabalho considerado produtivo, onde ocorre a separação e ao mesmo tempo hierarquização do trabalho das mulheres em relação aos homens.

Além disso, a presença das mulheres no trabalho assalariado ou no campo não altera em quase nada o fato de que as mulheres continuam responsáveis quase exclusivamente pelo trabalho doméstico e de cuidados.

A realização do trabalho doméstico e de cuidados é colocada como parte da identidade primária das mulheres, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal. Essa identidade é introjetada de forma profunda pelas mulheres, e sua vivência está marcada pela avaliação de ser ou não “uma boa mãe” e que, portanto, deve ser dócil, compreensiva, saber cuidar. Esse discurso da boa mãe, nada mais é do que uma construção ideológica para que as mulheres continuem fazendo o trabalho doméstico. Essa dinâmica está garantida pela construção do modelo hegemônico de família patriarcal.

O fato de que as mulheres realizam várias atividades ao mesmo tempo dificulta e limita a avaliação do tempo gasto com as tarefas domésticas. Duas características permanentes estão presentes: trabalho para os outros, como forma de demonstração de amor. Isso explica porque uma mulher casada tem mais trabalho doméstico do que uma que vive

sozinha. Se em uma casa tem dois adultos deveria se esperar que diminuísse a carga de trabalho, mas acontece exatamente o contrário.

Para Cristina Carrasco, o não reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados tem por objetivo ocultar sua dimensão econômica e a relação com a exploração capitalista (Cristina Carrasco, 2006). As economistas feministas criticam os traços androcêntricos da economia dominante e discutem que no capitalismo houve uma redução do conceito de trabalho às atividades vinculadas ao mercado.

Antes do capitalismo, era considerado trabalho o conjunto das atividades humanas necessárias para a nossa existência. Essa redução do conceito de trabalho está vinculada a uma forte separação entre o que é uma esfera produtiva e uma esfera reprodutiva, correspondente à divisão entre esfera pública e privada. No capitalismo, é considerado produtivo só aquilo que gera troca no mercado, ou seja, aquilo que pode se “mercantilizar”. O trabalho reprodutivo deixa de ser trabalho porque não se troca no mercado. Ao mesmo tempo, o trabalho mercantil depende do trabalho doméstico e de cuidados que é feito em casa, realizado pelas mulheres.

A economia feminista demonstrou a conexão entre os lucros do mercado e o trabalho invisível das mulheres.

Globalização e impacto no trabalho das mulheres

A globalização, analisada por Lipietz como “a interdependência crescente de todos os mercados nacionais, para a constituição de um mercado mundial unificado” (apud H. Hirata, 2003), trouxe impactos significativos para o trabalho das mulheres. Segundo H. Hirata, a “liberalização do comércio e a intensificação da concorrência mundial teve como consequência um aumento do emprego remunerado das mulheres em âmbito mundial, com raríssimas exceções (a África Subsaariana, por exemplo)”. Sob o neoliberalismo houve um incremento da oferta de empregos para as mulheres, porém em condições de crescente desemprego, deterioração da qualidade do emprego resultado da desregulamentação, flexibilidade e precarização, o que foi chamado de um dos paradoxos da globalização. (H. Hirata, 2003)

A análise do trabalho das mulheres sob a globalização neoliberal mostra como a divisão sexual do trabalho é estruturante de uma nova divisão internacional do trabalho. As mulheres estão concentradas nos setores da produção internacionalizados, como a área agrícola dos países produtores de frutas e de determinadas commodities, como por

exemplo, aspargos no Peru, castanha na Bolívia, flores na Colômbia, peixes em outros países. Na indústria, as maquillas no México e América Central. No Brasil, nos setores terceirizados, trabalhos domiciliares e “cooperativas” de costura e calçados no nordeste. Fez parte desse processo o incremento do turismo sexual no Sul, a migração e o tráfico de mulheres para países do Norte, vinculado tanto ao emprego doméstico como à prostituição e à indústria do entretenimento. Em vários países, as remessas das e dos migrantes constituem uma das principais fontes de ingresso de divisas, importantes para a geração de superávit e o pagamento da dívida.

A privatização dos serviços básicos limitou o acesso aos direitos e produziu uma sobrecarga para as mulheres com o trabalho de cuidados. Na relação com a globalização se deu o que Cristina Carrasco chama de “globalização dos cuidados” que consiste na contratação de mulheres pobres, migrantes do Sul, por famílias de níveis sociais mais elevados no Norte, e que ajuda a “resolver” o problema nos países industrializados, principalmente no cuidado dos idosos (as) (C. Carrasco, 2003).

Outro fenômeno que deve ser considerado é a chamada dualização do emprego feminino que, como diz Daniele Kergoat, “vimos surgir, assim, pela primeira vez na história do capitalismo, uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como antes pelos homens: pais, esposos, amantes ...) se opõem frontalmente aos interesses daquelas tocadas pela generalização do tempo parcial, dos empregos mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, usualmente mais atingidas pela precariedade”. (D. Kergoat, 2003)

No Brasil, desde o final dos anos 90, já era analisada a questão da bipolaridade do emprego feminino como características da inserção das mulheres no mercado de trabalho, apontando uma realidade composta de continuidades e mudanças. (C. Bruschini, 2000; H. Hirata, 2003).

Outro elemento central a ser analisado sobre a questão do trabalho em um contexto de políticas neoliberais é o que M. Leon destaca: o tratamento que se deu ao trabalho e ao emprego como se fossem assuntos meramente sociais, submetidos apenas aos impactos da política econômica, porém não como assuntos econômicos (M. Leon, 2003).

Nesse sentido, a REMTE (Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia) colocou um debate fundamental sobre a centralidade do trabalho, buscando devolver seu status econômico e afirmar o papel econômico das mulheres. O documento da REMTE, na cúpula da UNASUL em Cochabamba em 2006, diz: “o trabalho e o emprego são fatos econômicos que estão na base da produção, da criação de riquezas e

do bem estar, se conectam com as decisões básicas de quê e como produzir, como organizar a reprodução e a sobrevivência das pessoas e comunidades. (folheto REMTE, Cochabamba, dez-2006).

Frente aos impactos da globalização e da implantação das políticas neoliberais, se intensificou o debate sobre pobreza nos anos 90. Como assinala Francine Menstrun: “as diferenças entre os rendimentos continuam aumentando. O empobrecimento é real nos países da África Subsaariana, na Europa Central e Oriental. Na América Latina, a pobreza aumentou nos anos 80 e estabilizou nos 90”. Como ela mesma observa, esta estabilização se deveu à entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, e que na atualidade se trabalha mais para ganhar menos. (Francine Menstrun, 2005)

Nos anos 90, o tema do combate à pobreza passou a ser uma agenda central, tendo a ONU como uma das principais construtoras e articuladoras desse discurso, ao mesmo tempo em que as mulheres passaram a ser consideradas as protagonistas nesse processo. Isso se deu a partir de estudos que indicam que elas, em geral, investem seus recursos no bem-estar da família, portanto, criou-se uma expectativa de que as mulheres cumpram este papel a partir de seu altruísmo. No entanto o discurso em relação à pobreza se distanciou de seus determinantes, ou seja, que é resultado de um modelo econômico profundamente injusto. Na verdade a questão foi mais além, e se passou a ocultar as raízes econômicas da pobreza, que passou a ser tratada como parte das agendas sociais e também como os pobres fossem os responsáveis por sua situação. (M. Leon, 2003)

Foi a partir desses marcos que se iniciaram as chamadas políticas de transferência de renda, que hoje são desenvolvidas em vários países da América Latina, tendo como centro as mulheres, a partir de seu papel de mães. Bila Sorj e Adriana Fontes chamam a atenção para o fato de que a visão “maternalista” das mulheres contidas nessas políticas gerou pouco debate público, num momento que a orientação das mulheres para o mercado de trabalho esteve tão próxima das taxas masculinas de emprego. (Bila Sorj e Adriana Fontes, 2010)

Mulheres e mercado de trabalho

A presença das mulheres no mercado de trabalho cresceu permanentemente durante as últimas décadas e já é quase a mesma proporção em relação aos homens. Porém, essa inserção se dá em condições de forte desigualdade. A presença das mulheres está

profundamente marcada pela divisão sexual do trabalho, e, portanto, as mulheres estão em postos de menor prestígio e reconhecimento social.

As mulheres brasileiras são 42,6% da população de ocupados e os homens, 57,4%. Por mais que elas venham entrando de modo crescente no mercado de trabalho, principalmente após 1980, o desemprego ainda atinge mais fortemente as mulheres. Elas são 58,3% dos desocupados e os homens são 41,7%.

Embora se mantenha a tendência à bipolarização do emprego feminino, a grande maioria das mulheres continua concentrada em certos nichos de atividade, como o setor de prestação de serviços, seguido pela área social e o comércio de mercadorias, além do setor agrícola. Como parte desse fenômeno, algumas áreas profissionais antes acessadas apenas pelos homens, já incorporam mulheres tais como engenharia, medicina, aviação, etc. (Araújo et al, 2004; Freitas, 2007; Guimarães, 2004).

Mas a prevalece sua concentração e predomínio nos setores onde o trabalho é mais rotineiro, monótono, submetido a um rigoroso controle e supervisão da chefia e que não faz uso de tecnologias avançadas. Elas também são maioria nos serviços em domicílio e em tempo parcial, que se caracterizam, geralmente, por trabalhos precários e com baixa remuneração. No setor agrícola, o trabalho feminino se refere principalmente às atividades de autoconsumo, não remuneradas e consideradas complementares ao trabalho do homem. As mulheres ainda se concentram na faixa salarial de até dois salários mínimos (77,7%), sendo que os homens correspondem a 80% dos brasileiros com renda superior a 20 salários mínimos (PNAD, 9.300,00 reais na época da pesquisa). As mulheres recebiam em 2009 um rendimento médio mensal equivalente a 67,1% do rendimento masculino¹. Mesmo considerando que as mulheres têm maior escolaridade que os homens², elas continuam a receber salários menores e estão em menor número nos postos de chefia e outros mais elevados na hierarquia vertical das empresas.

Mas é em relação às tarefas domésticas onde há mais resistência às mudanças, constituindo um quadro em que as mulheres arcam sozinhas com esse trabalho. Segundo os dados da PNAD, em 2009 as mulheres gastaram em média 26,6 horas semanais na realização dos afazeres domésticos, enquanto os homens afirmaram gastar 10,5 horas. Mesmo entre as pessoas ocupadas, a carga de trabalho doméstico feminino é

¹ IBGE, 2010.

² Entre os ocupados, as mulheres apresentaram, em média, 8,7 anos de estudo enquanto que os homens apresentaram, em média, 7,7 anos (IBGE, 2010).

muito superior a dos homens: as mulheres ocupadas gastavam, em média, 22 horas semanais, e os homens ocupados, 9,5 horas.

Uma das modalidades é a transferência de parte de suas tarefas domésticas e de cuidados para outras mulheres, como as empregadas domésticas. O trabalho doméstico ainda é a principal ocupação da mulher brasileira, representando 17% da força de trabalho feminina no país.

Desse contingente, 55% são mulheres negras, 60% não completaram o ensino fundamental e só 25% têm carteira assinada. (IBGE, 2010)

Outro elemento que faz diferença na inserção no mercado de trabalho para as mulheres é o acesso à creche. Bila Sorj e Adriana Fontes analisam como esse acesso interfere diretamente no número de horas trabalhadas, mostrando que as mães cujos filhos frequentam creches conseguem trabalhar mais do que aquelas cujos filhos são cuidados em casa. Ter os filhos na creche permite trabalhar mais horas, mas também contribui para que tenham uma melhor inserção no mercado de trabalho. (B. Sorj e A. Fontes, 2010)

A associação entre escolaridade e participação no mercado de trabalho continua intensa para as mulheres. As mais instruídas têm taxas maiores e estão em atividades mais gratificantes e melhor remuneradas.

A posição no mercado de trabalho também depende do estado conjugal e da presença de filhos. Os dados da PNAD 2009 apontam que mulheres com menos de sete anos de estudo têm filhos mais cedo, e isso dificulta sua inserção no mercado de trabalho.

No Brasil, as hierarquias constitutivas das relações sociais não se esgotam na dimensão de gênero e classe. O racismo é estruturante das relações hierárquicas na sociedade brasileira, o que faz com que em todos os indicadores sociais e econômicos a população negra se encontre em condições piores. Além disso, há o entrelaçamento de raça e gênero, que determina que as mulheres negras estejam em situação de maior desigualdade em relação às mulheres brancas e aos homens negros. Ao mesmo tempo, como no caso das mulheres brancas, seu maior acesso à escolaridade não incide para diminuir a desigualdade salarial em relação aos homens.

Outra dimensão constitutiva das desigualdades no Brasil é a questão urbana e rural. No caso das mulheres, a percepção de sua presença é marcada pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais. Isso fez prevalecer análises a partir do lugar das mulheres nas relações familiares, em geral focando seus papéis de mães, esposas e donas de casa.

O trabalho das mulheres camponesas

No campo, a divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e do roçado. Historicamente, muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz o trabalho ao que pode ser trocado no mercado.

As relações patriarcais no campo fazem com que a família seja compreendida como um todo homogêneo, em que o homem representa os interesses do conjunto e detém o poder de decisão. Dessa forma, a partir da família se organiza uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos(as). Nessa visão, parece que os membros da família têm interesses comuns que se complementam. A divisão sexual do trabalho faz com que as atividades das mulheres sejam vistas como parte do seu papel de mães, vinculadas ao trabalho doméstico e de cuidados, com a produção no quintal, da horta, do pomar e criação de pequenos animais. E ainda seu trabalho no roçado é considerado apenas como uma ajuda e, portanto, um trabalho não reconhecido e invisibilizado.

Essa forma de ver o mundo contribui para uma desvalorização do papel econômico do trabalho das mulheres na família. As mulheres correspondem a quase metade da população rural (PNAD/IBGE, 2006). São quase 15 milhões de mulheres, muitas delas sem acesso aos direitos básicos como saúde e educação, sendo que as mais jovens são as mais afetadas pelos processos migratórios. A maioria das rurais não é reconhecida como agricultora familiar. No campo, quase metade das mulheres trabalham para o autoconsumo sem ter nenhuma renda monetária. Mesmo assim, há um crescimento do número de mulheres que assumem a responsabilidade exclusiva pelo grupo familiar que integram.

A invisibilidade do trabalho da agricultora familiar fica evidente nas estatísticas oficiais sobre a duração da jornada de trabalho: as mulheres na agropecuária trabalhariam praticamente a metade da jornada média dos homens. Em 2006, enquanto os homens trabalhavam em média 39 horas semanais, as mulheres rurais declararam trabalhar apenas 21 horas.

Há alguns anos observa-se a masculinização do campo. A proporção da população feminina em área rural era de 48,29% em 1993 e diminuiu para 47,98% em 2001.

Apesar disso, pequenas transformações vêm ocorrendo, já que no período recente (2006) registra-se uma manutenção do percentual de mulheres (47,84%).

Um fato importante, observado mais recentemente, é o deslocamento dos homens para atividades antes tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres. No cuidado de aves e pequenos animais as mulheres trabalham exclusivamente para o autoconsumo, enquanto que a ocupação dos homens nesta atividade se dá via postos assalariados, permanentes ou temporários.

As assalariadas ganham menos que os homens, as condições de trabalho são péssimas e grande parte daquelas que trabalham na roça não têm renda. Outro dado analisado há muitos anos é a maior migração das mulheres para a cidade por falta de acesso a trabalho e à renda. E muitas vezes também em busca de uma vida com menos imposição familiar e mais autonomia pessoal. Isso pode se refletir na busca por maior escolaridade, que ainda hoje é bem menor que nas urbanas, mas que supera os homens do campo.

Sobre renda e autoconsumo, uma primeira questão é o alarmante número de mulheres que trabalham sem auferir renda. Os dados indicam que no campo houve um aumento do trabalho para autoconsumo, embora tenha aumentado mais a participação dos homens (ainda que em patamares ainda muito inferiores ao das mulheres). Entre 1993 e 2006, essa modalidade para os homens passou de 5% para 12% (um aumento de 126%) e para as mulheres de 41% para 46,6% (um aumento de 13%). Mas é importante observar também que, no ano de 2006, em relação a 2004, houve um aumento de 31,5% dos rendimentos para as mulheres. De 1993 para 2005 também refluíu o trabalho não remunerado, passando de 40% para 33,7%. Avaliando esse conjunto pode-se concluir que há o início de mudanças no que se refere à posição econômica das mulheres, e os dados apresentados a partir de 2004 têm relação com a estruturação das atuais políticas de acesso a crédito e recuperação do salário mínimo.

A autonomia econômica das mulheres no Brasil hoje

Como já foi assinalado acima, consideramos que o Brasil vive uma nova conjuntura de retomada de políticas voltadas para a recuperação do consumo interno, de políticas sociais, de infraestrutura etc. Isso se dá em uma situação mais geral da América do Sul, de valorização no mercado das principais “commodities” exportadas na região, garantindo um percentual razoável de crescimento econômico que favorece a aplicação de políticas redistributivas.

Entretanto, isso se dá num quadro de intensos conflitos sociais frente ao que vários setores consideram o reforço de um novo desenvolvimentismo baseado na reprimarização da economia na região. Além disso, essa retomada econômica e do Estado se deu após um longo período de políticas neoliberais, com grande aumento da pobreza, precarização das relações de trabalho, perda de direitos e da capacidade anteriormente instalada pelo Estado. Além disso, com uma forte transnacionalização da economia, peso dos monopólios, fortalecimento do agronegócio com conseqüente perda da capacidade da agricultura familiar e camponesa.

Pelo peso de sua economia, o Brasil tem apresentado resultados consideráveis em relação a várias questões levantadas a partir de um conjunto de políticas e programas que visam recuperar o crescimento econômico e a capacidade de consumo de grande parte da população.

A principal ação de enfrentamento da pobreza desde 2003 foi a unificação e a forte ampliação dos programas de transferência de renda em torno do Bolsa Família. Esse programa atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32 a R\$ 242. Esses valores são o resultado do reajuste anunciado em 1º de março e vigoram a partir dos benefícios pagos em abril de 2011.

Segundo o MDS, estudos apontam que a partir desse programa a pobreza extrema reduziu de 12% em 2003 para 4,8% em 2008. O Programa Bolsa Família atua em três eixos centrais: transferência de renda (que visa aliviar o problema imediato da pobreza); condicionalidades (que reforçam o acesso a direitos básicos, como educação, saúde e assistência social); e programas complementares (que buscam promover o desenvolvimento das famílias para que estas rompam com as situações de vulnerabilidade)³.

De forma geral, há o reconhecimento da importância desse programa como uma ação emergencial frente à pobreza extrema e também por sua abrangência e acesso às famílias mais pobres. Porém há um intenso debate sobre os limites de seu alcance no que se refere a mudanças estruturais e ao fato de que não é uma política redistributiva.

As mulheres são as principais atendidas, por estarem mais vulneráveis à situação de pobreza. Mas também pela visão de que elas se preocupam mais com o cuidado e

³ Informações retiradas do sítio oficial do Ministério do Desenvolvimento Social: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 31 de maio 2011.

investem os recursos adequadamente nesses fins. Vários são os estudos que analisam a relação do programa e os impactos em relação à autonomia das mulheres e diminuição das desigualdades de gênero.

Uma das críticas ao Programa, apresentada por Mariano e Carloto (2009), é que este tende a sobrecarregar as mulheres em tempo e trabalho, na medida em que parece haver um reforço de uma concepção de família baseada na ideia de mulher como mãe e cuidadora, ao mesmo tempo em que procura possibilitar que as mulheres realizem atividades extratrabalho e de geração de renda. Segundo essas autoras, essa dupla “função” da mulher contribui para que elas tenham menores possibilidades de participação no mercado de trabalho formal e em espaços públicos e políticos.

Bila Sorj e Adriana Fontes, analisando os dados das regiões sudeste e nordeste em relação à renda familiar, tomada de decisão das mulheres de participar ou não do mercado de trabalho, e salários, concluíram que a participação no Programa não altera positivamente nenhum desses itens.

Esses resultados, segundo elas, sustentam que a política de combate à pobreza promovida pelo Programa Bolsa família, apesar do sucesso em reduzir a pobreza, não favorece de maneira relevante a integração das mães no mercado de trabalho, e não facilita a inserção delas em ocupações de melhor qualidade. Considera ainda que o reconhecimento das mulheres como protagonistas do Programa, à luz de seu papel de cuidadoras da família, desestimula o incremento de sua autonomia individual. (B. Sorj e A. Fontes, 2010).

Ao analisar o impacto do Programa nas famílias e na vida das mulheres, o estudo realizado pela Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento, e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade de Brasília (s/d), indicou, além de melhorias no combate à pobreza das famílias, que os principais efeitos sentidos pelas mulheres são: maior poder de compra das beneficiárias, ou seja, melhorias como consumidoras; maior autoridade das mulheres, mais ligada ao aumento do poder de compra do que a uma mudança nas relações de gênero; e, por fim, a percepção de seu papel como cidadãs (dada a necessidade de terem documentos pessoais para se tornarem beneficiárias).

O maior poder das mulheres como consumidoras se refere ao fato de que elas agora podem comprar medicamentos, roupas, material escolar, entre outros produtos. O valor mensal recebido pelo Programa é, muitas vezes, uma das primeiras experiências vividas pelas famílias de ter uma renda regular e mensal. A pesquisa indicou ainda que o

aumento no consumo tende a representar também um benefício para o município como um todo, na medida em que estimula o desenvolvimento da economia local.

A percepção das mulheres beneficiárias de que o Programa contribui para ampliar sua autoridade no seio da família está ligada ao maior poder de compra que elas passaram a ter, o que, por sua vez, permite que elas negociem posições no espaço doméstico. Segundo a pesquisa, a ajuda das mulheres na economia doméstica e o fato de elas não precisarem pedir dinheiro ao marido para comprar algo foram aspectos positivos ressaltados pelas beneficiárias.

Esse é um tema em debate, controverso, mas com certeza há um consenso de que o Programa deve estar articulado a outras iniciativas que possibilitem inserção econômica com autonomia e mudanças na distribuição de riquezas do país.

Políticas públicas para as mulheres rurais

No que se refere às camponesas, a avaliação é que a questão das políticas públicas dirigidas a elas começa a ter outros contornos a partir da forte organização das mulheres, que tiveram alguns direitos reconhecidos a partir dos anos 90. A luta das mulheres no campo teve como um ponto fundamental o acesso à renda e, para isso, outros temas foram colocados, tais como o direito à documentação e a reivindicação pelo reconhecimento como sujeitos autônomos independentes, pois até então se reconhecia apenas o homem como chefe representante dos interesses do conjunto da família.

No entanto, as políticas continuaram não atendendo às demandas das mulheres rurais, mesmo quando elas tiveram participação ativa em suas reivindicações, como é exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996. A exclusão persistiu mesmo depois do estabelecimento de um mínimo de 30% do crédito para as mulheres (Butto e Hora, 2008).

A partir de 2003, houve mudanças em relação a esse quadro no âmbito do governo federal, passando a existir várias iniciativas que atuam sobre essas questões, em diálogo com a pauta dos movimentos de mulheres no campo. Resultam desse esforço a criação de vários programas, a destinação de recursos específicos e também a constituição de uma institucionalidade, que iniciou como um programa e avançou para a estruturação de uma diretoria.

Alguns indicadores começam a se modificar, como, por exemplo, a ampliação de 31,5% dos rendimentos das mulheres em 2006, em relação a 2004. É importante ressaltar também que nesse contexto houve um arrefecimento da migração das mulheres. Espera-se que essa tendência se confirme na medida em que se avance na estruturação de tais políticas, principalmente o acesso à reforma agrária, já que a extrema pobreza no campo está ligada à concentração de terras.

Emprego e salário

Depois de 20 anos de desestruturação do mercado de trabalho, houve no Brasil, a partir de 1999, uma retomada do emprego a partir da desvalorização cambial e do crescimento do comércio externo.

Esse processo se intensificou nos anos 2000 e houve uma sistemática recuperação do emprego, em particular com carteira assinada, que contribuiu para uma melhoria dos indicadores de renda do conjunto dos (das) trabalhadores (as). Inclusive, a crise econômica que eclodiu em 2008 foi contornada e ainda em 2009 houve uma recuperação. As análises indicam que o crescimento das taxas de formalização do emprego e da valorização do salário mínimo produziu um aumento da massa salarial tanto dos homens como das mulheres.

No que se refere às mulheres, outro elemento que deve ser considerado é a profunda concentração de renda no Brasil, que a maioria delas na base da pirâmide salarial. Por isso, a política de valorização do salário mínimo teve um forte impacto na renda das mulheres. Como já assinalamos anteriormente, elas se concentram na faixa de renda de até dois salários mínimos. Além disso, o grande contingente de trabalhadoras domésticas é diretamente impactado pelo aumento do salário mínimo, bem como as aposentadas rurais.

No entanto, o debate sobre a relação entre aumento do salário mínimo e o impacto sobre a renda das mulheres ainda é muito incipiente. Tradicionalmente, o debate do salário mínimo era abordado a partir da renda familiar, sempre pensado como salário familiar.

No início dos anos 2000, a Marcha Mundial das Mulheres trouxe o tema da valorização do salário mínimo como forma de combater a pobreza entre as mulheres, a partir do enfrentamento da desigualdade, com redistribuição da renda e atuando para impactar justamente as categorias que estão na base da pirâmide salarial. Ou seja, diminuir o leque salarial contribuiu para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres. Isso foi

comprovado a partir das avaliações do impacto da valorização do salário mínimo ocorrido a partir da política de valorização nesses últimos oito anos. Para Marcio Pochmann, presidente do Ipea, a melhora na renda das mulheres pode ser explicada, em parte, por uma “transição”. “Elas deixam de ocupar serviços domésticos e informais para vagas com mais proteção, como no setor industrial”.⁴

Desafios para a construção da autonomia econômica das mulheres

Alcançar a autonomia econômica das mulheres é um aspecto central para modificar as atuais relações de desigualdade que atingem as mulheres. Essa autonomia não é pensada apenas com o acesso à renda, mas a salário e trabalho dignos, à previdência social e aos serviços públicos. A Marcha Mundial das Mulheres, em 2010, apontou que a autonomia econômica das mulheres exige a distribuição das riquezas, o direito ao emprego, a condições de produzir e comercializar com dignidade, possibilidades de crescimento pessoal, e também o direito ao tempo livre.

O combate a pobreza tem que se dar como parte da construção da justiça social, portanto, questionando os determinantes das desigualdades. Para isso, é fundamental colocar a questão da igualdade como o princípio que deve orientar a construção de uma economia voltada para atender às necessidades humanas e o bem-estar.

No que tange especificamente as políticas de gênero, Lavinás (1996) aponta que essas devem se voltar à questão da divisão sexual do trabalho tanto no âmbito privado como no público. Segundo a autora, essas duas áreas estão intimamente relacionadas e não é possível a alteração de uma sem levar em consideração a outra.

Existe uma grande demanda por políticas e serviços públicos de caráter universal para o cuidado humano. É fundamental que essas tarefas deixem de ser responsabilidade individual das mulheres, para se tornarem responsabilidade de todos e todas. Isso significa responsabilizar os homens, mas também construir respostas em nível de poder público.

Já foi exposto o papel da creche para melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho. Há que se avançar também em outros campos, como por exemplo, na alimentação. Atualmente existem poucas experiências de restaurantes públicos no

⁴ <<http://noticias.r7.com/economia/noticias/desigualdade-de-renda-continua-a-cair-mas-em-ritmo-menor-20101005.html>. > Consulta em 30/05/2011.

Brasil, organizados pelos governos municipais ou experiências de movimentos sociais. No livro *Trabalho doméstico e cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*, organizado por Neuza Tito e Maria Lúcia Silveira, são relatadas experiências protagonizadas por mulheres que visam à socialização do trabalho doméstico, ou seja, é uma questão que deixa de ser pensada e resolvida isoladamente por cada mulher e passa, então, a ser resolvida coletivamente por todas.

As experiências relatadas são principalmente voltadas para a questão da alimentação própria e familiar, como é o caso de um refeitório coletivo em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil, e refeitórios populares e coletivos no Peru e na Argentina (os chamados “Comedores Populares”)⁵. Nessas experiências, a comida passa a ser preparada coletivamente, contribuindo para alimentar um grande número de pessoas, e liberar parte das mulheres para realizar algum trabalho remunerado.

Por fim, é importante colocar que a plena autonomia econômica das mulheres só será efetivada se houver uma superação da divisão sexual do trabalho, nos marcos da construção de uma sociedade igualitária. Ao mesmo tempo, é importante avançar nas políticas de geração de emprego, de fortalecimento da produção das mulheres no meio rural e também nas experiências autogestionadas da economia solidária.

Bibliografia

AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade de Brasília. *O programa bolsa família e o enfrentamento das desigualdades de gênero*. (S/d) Disponível http://www.ipundp.org/doc_africa_brazil/Webpage/missao/Pesquisas/PESQUISA_MU LHER.pdf. Acesso em 30/05/2011.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro et al. *Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva*. In: VII Congresso luso-afro brasileiro de ciências sociais. Portugal, 2004.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, 110: 67-104, 2000.

⁵ Essas experiências são descritas detalhadamente em: FREITAS, Taís Viudes. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. In: SILVEIRA, Maria Lucia e TITO, Neuza. *Trabalho doméstico e de cuidado: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008, pp.27-53.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?, in Revista Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo, v.23, n. 2, p. 331-353, jul/dez. 2006

CARRASCO, C. Economía Feminista: una apuesta por otra Economía in Maria Jesus Vara (coord). Estudios sobre género y economía. Ec Akal, Madrid. 2006.

CARRASCO, C. Introducción: hacia una economía feminista in Carrasco, C (ed). Mujeres y Economía, Icaria Editorial. 1999.

HIRATA, H. Trabalho Doméstico: uma servidão “voluntária” in Godinho, T e Silveira M. L. (org). Políticas Públicas e Igualdade de gênero. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP. São Paulo. 2004.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003, p. 15-30

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 – Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1995/2005*. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2008*. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009*. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida*

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009, p.11-29.

FREITAS, Taís Viudes. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: SILVEIRA, Maria Lúcia; FREITAS, Taís Viudes. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007, p. 9-66.

FREITAS, Taís Viudes. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. In: SILVEIRA, Maria Lucia e TITO, Neuza. *Trabalho doméstico e de cuidado: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008, p.27-53.

Kergoat, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do Trabalho, in Lopes, Marta Julia (e outras). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli et al. (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003, p. 55-63.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, 4(2): 464-479, 1996.

LEON, Magdalena. Pleno Empleo y el trabajo de las mujeres. In: FARIA, Nalu (comp). *Construir la igualdad. REMTE– Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía*. São Paulo, 2003. pg 19-28

LEON, Magdalena. Uma visão feminista sobre a economia e a globalização, in *Ações das mulheres contra o jogo da OMC*. São Paulo. SOF, REF, MMM, setembro. 2003.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. *Revista Estudos Feministas*, 17(3): 901-908, 2009.

MENSTRUM, Francine. Las Organizaciones Internacionales y la Lucha contra la Pobreza. *Mujeres y Cambio: Construir alternativas en la lucha*. REMTE – Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía. São Paulo. 2006. pg 33-54

NOBRE, Miriam. Diálogos entre economia solidária e economia feminista. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003, p.91-101.

Nobre, M. Introdução a Economia Feminista in Nobre, M e Faria, N (org). *Economia Feminista*. Cadernos Sempreviva. SOF. São Paulo, 2002.

<http://noticias.r7.com/economia/noticias/desigualdade-de-renda-continua-a-cair-mas-em-ritmo-menor-20101005.html>. Consulta em 30/05/2011

SILVA, Maria Ozanira da S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6):1429-1439, 2007.

SILVEIRA, Maria Lúcia da, e TITO, Neuza (org.). *Trabalho doméstico e de cuidados. Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo, SOF, 2008.